

TITULO:

A vulnerabilidade socioambiental de catadores (as) de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis

AUTORES:

Diego Ravi Mendonça Maia⁽¹⁾. Tecnólogo em Processos Ambientais / Faculdade Senai Cetind. E-mail: diegoravimm@gmail.com

Marina Nobre de Oliveira Silva⁽²⁾. Engenheira Ambiental / Faculdade Área1. E-mail: marinanobres@gmail.com

RESUMO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos representa um marco histórico para a gestão ambiental brasileira, no sentido de possibilidade a melhoria de ações para o manejo adequado dos resíduos sólidos e, portanto, deverá refletir na melhoria e na busca pela sustentabilidade das organizações sociais. O presente artigo buscou identificar, analisar e interpretar a vulnerabilidade socioambiental de catadores (as) de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, a partir das interfaces dos riscos ambientais no trabalho das cooperativas/associações de catadores (as), adotando como base metodológica o levantamento de dados secundários e empíricos, de modo que o autor construiu uma representação desta vulnerabilidade socioambiental, de forma crítica. Neste sentido, nota-se que é preciso orientar e instrumentalizar este segmento social vulnerável, objetivando fortalecer e efetivar a participação deste na construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, voltadas à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade Socioambiental, Catadores (as), Riscos Ambientais, Resíduos Sólidos, Sustentabilidade, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS – que estabelece objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para gerir uma das maiores questões ambientais: o “lixo”. Assim, esta legislação representa um marco histórico para a gestão ambiental brasileira e, portanto, deverá refletir na melhoria e na busca pela sustentabilidade das organizações sociais.

Baseando-se na literatura pertinente ao tema, observa-se que os resíduos sólidos podem ser definidos como todo e qualquer tipo de material resultante de atividade antrópica capaz de ser utilizado como matéria prima em algum processo produtivo, independente de ter sido descartado. Os resíduos sólidos, segundo a PNRS (Lei Federal 12.305/2010), são

“materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”.

Já os rejeitos, segundo a PNRS (2010), são *“resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada”.*

A partir dos conceitos citados acima e contextualizando a realidade de catadores (as), observa-se que a gestão dos resíduos sólidos envolve um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ecológica, cultural, social, espacial e ambiental com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável, conforme Sachs (1993) abordou em *“As cinco dimensões do ecodesenvolvimento”* alinhado à proposta da PNRS (2010).

Em função da relação do homem com a lógica capitalista e o sistema baseado no crescimento econômico, associado a riscos sociais, existem grandes implicações e impactos ambientais, que acarretam a utilização excessiva dos recursos naturais e a geração devastadora de resíduos. Estes impactos atingem, particularmente, alguns grupos sociais, historicamente discriminados, que buscam reivindicar e resistir. A luta por justiça ambiental precisa ser prioridade em todo debate político, por ser uma temática pertinente à sociedade, assim como a consciência ecológica deve ser incentivada/construída nos diversos espaços, a partir de um processo educativo que perpassa pela formação humana ao longo da vida. E, para despertar no ser humano um olhar crítico sobre as questões ecológicas é imprescindível articular o poder público, os movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais - ONGs, o meio acadêmico e a sociedade civil para discutir formas que despertem uma consciência ambiental e qualifiquem a participação dos catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis nos processos decisórios que envolvem a gestão de resíduos sólidos.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (Portaria 397 de 9/out/2002) - Código 5192 – 05, catador de material reciclável é definido como:

“catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa)”.

Nesse contexto, verifica-se a importância da *“integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”* (PNRS, 2010).

De acordo com OLIVEIRA (2011), *“o manejo com resíduos sólidos pode expor o trabalhador da coleta de materiais recicláveis a riscos de ordem química, física, biológica, social, ergonômica e a acidentes”.*

Então, buscou-se, principalmente, o intercâmbio entre os conhecimentos populares e científicos sobre a questão dos resíduos sólidos no país, de forma crítica, para a construção do presente artigo, que indica a análise da vulnerabilidade socioambiental

enfrentada por catadores (as) de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis no trabalho para a gestão dos resíduos sólidos.

OBJETIVO

O trabalho objetiva identificar, analisar e interpretar a vulnerabilidade socioambiental de catadores (as) de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, a partir das interfaces dos riscos ambientais no trabalho das cooperativas/associações de catadores (as) em consonância com as diretrizes e princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o presente artigo baseia-se no levantamento de dados secundários e empíricos.

O artigo tem como pilares as técnicas pedagógicas, cognitivas e afetivas, a construção e produção de conhecimentos acerca da gestão de resíduos sólidos, valorando a participação crítica dos atores sociais envolvidos no processo.

Os autores deste artigo construíram uma representação da vulnerabilidade socioambiental de catadores (as) de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, a partir de uma revisão de literatura e crítica sobre a temática abordada, tal como análise e interpretação de experiências práticas com o supracitado segmento social.

AS INTERFACES DOS RISCOS AMBIENTAIS NO TRABALHO DE COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES DE CATADORES (AS) COM A PNRS

Segundo dados de 2008 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, 99,96% dos municípios brasileiros têm serviços de manejo de Resíduos Sólidos, mas 50,75% deles dispõem seus resíduos em vazadouros; 22,54% em aterros controlados; 27,68% em aterros sanitários. Esses mesmos dados apontam que 3,79% dos municípios têm unidade de compostagem de resíduos orgânicos; 11,56% têm unidade de triagem de resíduos recicláveis; e 0,61% têm unidade de tratamento por incineração (MMA, 2011).

Segundo o representante da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério de Meio Ambiente, em entrevista concedida ao portal EcoDesenvolvimento, em 2011, o maior desafio é acabar com os lixões no país e, para isso, deve ser feita uma ação importante para a implantação dos aterros, fazer a inclusão dos catadores nesses locais, retirando-os dos lixões. Nesse sentido, ressaltou que em 2000, 35% dos resíduos gerados acabavam em aterros, enquanto em 2008, este índice saltou para 58%, o que indica uma redução significativa dos resíduos que iam para os lixões e um aumento dos que vão para aterros controlados – isso em um período que não tinha tantos investimentos do Estado, e tampouco lei específica, ou seja, acredita-se, com otimismo, que os lixões deixarão de existir dentro dos prazos estabelecidos. De acordo com esta entrevista é perceptível que a missão só será cumprida, efetivamente, quando houver integração das políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, então é preciso alinhar os programas, projetos e ações para garantir a inclusão dos catadores nos aterros, de modo que preserve a saúde desses trabalhadores, bem como o funcionamento adequado destes locais.

O trabalho nos lixões mantém catadores (as) em situação de risco, dada a insegurança e a insalubridade, sendo que o fechamento dos lixões previsto na legislação está condicionado à inclusão social e à emancipação econômica destes (as) que trabalham e tiram o sustento nesses locais. (JARDIM, YOSHIDA & FILHO, 2012)

“O risco do não cumprimento das determinações previstas na legislação é imenso e significa uma agressão a milhares de trabalhadores em situação de risco que terão sua fonte de renda retirada”, conforme afirma JARDIM, YOSHIDA & FILHO (2012).

Desde outrora, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), fundado em 2001, provoca a sociedade e o poder público para a necessidade de um marco regulatório para a produção e a destinação final de resíduos sólidos no país, conforme cita JARDIM, YOSHIDA & FILHO (2012).

No âmbito do Estado da Bahia, duas experiências de cooperativas de catadores (as) chamaram atenção e servem de modelos na luta do segmento para contribuir com o manejo adequado dos resíduos sólidos urbanos.

“A Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET) foi fundada em 1999 e registrada em 2005, sendo formada por jovens e adultos catadores da comunidade de Alagados/Itapagipe, que inquietos com a exclusão a que estavam submetidos, a falta de um projeto de desenvolvimento local e sustentável, a ausência de propostas e políticas governamentais que os inserisse na cidade e no futuro se mobilizaram e criaram um projeto de educação ambiental, resultando no processo de incubação promovida pelo Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA, entre 1999 e 2001, com o objetivo de formação de um empreendimento que possibilitasse a geração de trabalho, renda e inclusão dos catadores”.
(FILHO, 2012)

A Cooperativa de Materiais Recicláveis Amigos do Planeta começou o seu trabalho, em 2004, através de um grupo de desempregados e catadores “avulsos” de materiais recicláveis, que abraçou o desafio de desenvolver a coleta seletiva no bairro de Portão, em Lauro de Freitas-BA, onde *“tudo partiu de um sonho para melhorar a qualidade de vida dos catadores, segundo relato de um dos cooperados.”* (Cooperativa Amigos do Planeta)

A partir dos exemplos contextualizados acima, integrando-os aos conceitos para a gestão dos riscos ambientais, seguem abaixo as análises e interpretações acerca das realidades enfrentadas pelo segmento no trabalho cotidiano.

Segundo VEYRET (2007), a vulnerabilidade pode ser definida como “*a magnitude do impacto previsível de uma álea sobre os alvos*”. Ainda, de acordo com esta autora, tal conceito está associado aos riscos ambientais, quando ela afirma: “*a ocorrência da álea tem consequências para as populações e os bens, seus efeitos podem afetar mais ou menos fortemente o funcionamento das sociedades humanas e dos ecossistemas*”. Nesse sentido, verificam-se alguns exemplos de alvos que estiveram sob ameaça de áleas de natureza variada, tais como: a Cooperativa de Materiais Recicláveis Amigos do Planeta e a Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET).

Em 2011, a Cooperativa Amigos do Planeta, situada em Lauro de Freitas, sofreu as consequências das chuvas intensas que, devido a falta de infraestrutura na área para armazenamento, alagaram o galpão onde funciona a cooperativa e, praticamente, todo o material atingido, segundo notícia divulgada pelo Projeto Moinho Solidário. Esta situação é típica da vulnerabilidade aos riscos naturais.

Em 2012, a CAMAPET foi atingida por um incêndio, perdendo-se “*cerca de 50 toneladas de material reciclável, quatro prensas, duas balanças eletrônicas, mesa de triagem, dezenas de bigbags, carrinhos de coleta e o espaço físico*”, segundo notícia divulgada pela UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários). Tal fato revela a exposição à álea vivenciada acarretou em impactos econômicos, sociais e organizacionais à cooperativa, ou seja, “*a vulnerabilidade coloca em jogo aspectos físicos, ambientais, técnicos, dados econômicos, psicológicos, sociais e políticos*”, conforme cita VEYRET (2007).

Estes fatos demonstram a vulnerabilidade quanto aos riscos ambientais, a exemplo de: riscos políticos, através da inércia do poder público para executar as políticas públicas voltadas para o gerenciamento e a gestão de resíduos sólidos; riscos tecnológicos, por conta da ausência ou insuficiência de veículos, materiais e instrumentos adequados de

coleta; riscos sociais exógenos, com a falta de oportunidades para qualificação técnica dos cooperados; riscos econômicos, com a falta de ferramentas administrativas para captação de recursos da iniciativa privada e os baixos preços de mercado para comercialização dos resíduos; riscos físicos, químicos e biológicos, com a falta de equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados e/ou não uso destes durante o manejo dos resíduos; dentre outros riscos potenciais e/ou reais que podem ser associados ao trabalho de catadores (as).

Atualmente, o principal risco ambiental ao segmento é o reaproveitamento energético como destinação final ambientalmente adequada, através da incineração que é um processo que aumenta as incertezas para o cumprimento da hierarquia das ações de manejo previsto na PNRS (2010), no art. 9. Além disso, a incineração pode ser prejudicial à saúde humana e também, ameaçar tanto a reciclagem de resíduos, quanto o trabalho de catadores (as) de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, acarretando em danos socioambientais. Nesse sentido, faz-se necessário o fortalecimento da campanha, mobilizando a sociedade civil. Isso porque *“reduzir a vulnerabilidade não consiste em tentar reduzir a frequência da álea, mas em diminuir os efeitos possíveis da crise por meio do conhecimento dos processos e pela instalação de dispositivos adequados”*, conforme sinaliza VEYRET (2007).

Diante deste cenário, ressalta-se a importância de definir diretrizes e ações locais para implantar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sob a ótica de todos os segmentos da sociedade envolvidos no processo. Sendo assim, o primeiro passo estabelecido, na roda de conversa com os atores sociais locais, deve ser a integração do poder público com os movimentos sociais e os representantes da sociedade civil ligados à questão. A partir daí, almeja-se a realização de um trabalho integrado para contribuir e melhorar a convivência das populações com os resíduos gerados, onde sejam respeitadas as condições sanitárias, ecológicas, climáticas, sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas dos seus territórios de identidade.

A ideia do artigo também pretende enriquecer as discussões para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, ampliar a sustentabilidade dos processos produtivos através de incentivo às tecnologias mais limpas e sociais, preservar e/ou conservar os recursos naturais, valorizar e fortalecer as tradições culturais e, orientar e instrumentalizar os diversos grupos sociais. Tudo isso pode ser feito através de um processo educativo

contínuo e permanente na área ambiental. Nessa linha de raciocínio, enquadram-se os instrumentos participativos, que têm como função principal ajudar a estruturar as disputas sobre poder entre atores sociais, torná-las mais transparentes e, dessa forma, contribuir para uma distribuição mais equitativa de poder (Markus Brose, 2001).

Partindo desse pressuposto, nota-se que a participação não é neutra e implica em mudança e distribuição de poder.

Sendo assim, quando uma representação da sociedade civil se propõe a interagir com a sociedade capitalista na perspectiva dos interesses populares, verifica-se que há uma busca de compreender a realidade dos resíduos sólidos no cerne da questão, com o intuito de modificá-la, baseando-se numa concepção metodológica dialética, pois metodologia participativa não pode tratar apenas dos aspectos meramente técnicos.

A cooperação, segundo LAKATOS & MARCONI (1999), é um processo social em que indivíduos ou grupos atuam conjuntamente para a consecução de um objetivo comum, ou seja, é requisito fundamental para a manutenção e continuidade da vida em sociedade. E, a partir desse conceito que vislumbra-se a possibilidade de disseminar a importância do trabalho das associações e cooperativas de catadores para dar aplicabilidade à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O documentário “Lixo Extraordinário” retratou a valorização, através da arte, de um segmento vulnerável no país, que é o movimento dos catadores de materiais recicláveis. Tais seres humanos sobrevivem dignamente e, infelizmente, são discriminados por grande parte da sociedade e que muitas vezes, por falta de oportunidades, não tem outra opção. Porém, independente das dificuldades impostas pela conjectura essas pessoas vivem alegres e cheias de sonhos.

A reflexão, para cada leitor deste artigo, deve ser interpretada como uma lição de vida capaz de modificar determinadas atitudes individuais e, também, de transformar esta realidade social através da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a percepção dos riscos ambientais tem significados distintos para os diversos indivíduos, tal como a representação para de diferentes classes e segmentos sociais. Sendo assim, o processo educativo precisa ser contextualizado às diferentes realidades sociais para sensibilizar todas as pessoas, objetivando que elas se envolvam com maior proximidade desta temática e, por consequência, as vulnerabilidades socioambientais para catadores (as) diminuam. Além disso, considera-se que o princípio da visão sistêmica na política de resíduos, conforme aborda *JARDIM, YOSHIDA & FILHO (2012)*, deve compreender as multidimensões para solucionar as “*questões que envolvem geração, redução, reutilização, reciclagem e destinação das mais variadas espécies de resíduos e disposição final dos rejeitos*”, então se ressalta que apenas o trabalho de catadores (as) não soluciona o problema, entretanto a inserção deles na gestão dos resíduos sólidos faz-se necessário e é fundamental para otimizar a reciclagem no Brasil.

O diálogo entre o político e o técnico é fundamental para sensibilizar pessoas sobre a importância de organizar-se coletivamente, e construir uma perspectiva de mundo diferente para suas gerações futuras. Ampliando-se a discussão sobre a causalidade deste tema, nota-se que é preciso orientar e instrumentalizar os segmentos sociais vulneráveis, objetivando fortalecer e efetivar a participação destes na construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, voltadas à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

REFERÊNCIAS

1. BAHIA. Ministério Público. **Desafio do lixo: problemas, responsabilidades e perspectivas**. Salvador, 2007. 125 p.;
2. BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>> acesso em 14 jul. 2014;
3. BRASIL. Decreto Federal nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010. **Regulamenta a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm> acesso 14 jul. 2014;
4. BROSE, M.: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001;
5. CAMPANHA NACIONAL CONTRA OS INCINERADORES: **MNCR pede veto à incineração na Política Nacional de Resíduos**. Disponível em: <<http://www.incineradornao.net/2010/08/mn-cr-pede-veto-a-incineracao-na-politica-nacional-de-residuos-solidos/>> acesso em 14 jul. 2014;
6. CAMPANHA NACIONAL CONTRA OS INCINERADORES: **Incineração de resíduos: contexto e riscos associados**. Disponível em: <<http://www.incineradornao.net/2010/07/incineracao-de-residuos-contexto-e-riscos-associados/>> acesso em 14 jul. 2014;
7. ECODESENVOLVIMENTO: **Acabar com os lixões é o maior desafio da Lei de Resíduos Sólidos, afirma Silvano Costa, 2011**. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2011/setembro/acabar-com-lixoes-e-o-maior-desafio-da-lei-dos>> acesso em 14 jul. 2014;
8. FILHO, D. M. de S.: **CAMAPET – Cooperativa de catadores é incendiada em Salvador – Combate Racismo Ambiental, 2012**. Disponível em:

- <[http://racismoambiental.net.br/2012/09/camapet-cooperativa-de-catadores-e-
incendiada-em-salvador/](http://racismoambiental.net.br/2012/09/camapet-cooperativa-de-catadores-e-
incendiada-em-salvador/)> acesso em 14 jul. 2014;
9. JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; FILHO, J. V. M. (Org.): **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos (Coleção Ambiental)**. Barueri, SP: Manole, 2012;
 10. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.: **Sociologia Geral**. 7. ed. ver. E ampl. SP: Atlas, 1999, p. 88;
 11. INEA: **Programa Coleta Seletiva Solidária**. Disponível em: <www.inea.rj.gov.br/coletaseletivasolidaria> acesso em 21 set. 2013;
 12. LIMA, L. M. Q.: **Lixo – Tratamento e Biorremediação**. 3. Ed. rev. E ampl.: Editora Hemus, 2004;
 13. LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana: uma abordagem emancipatória**. São Carlos: RIMA, 2009;
 14. MMA - Ministério do Meio Ambiente: **Resíduos Sólidos**. Site disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>> acesso em 14 jul. 2014;
 15. MNCR: **História do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/sua-historia> acesso em 14 jul. 2014;
 16. MOINHO SOLIDÁRIO: **Cooperativa Amigos do Planeta se recupera dos estragos provocados pela chuva**. Disponível em: <<http://moinhosolidario2.blogspot.com.br/2011/11/cooperativa-amigos-do-planeta-se.html>> acesso em 21 set. 2013;
 17. OLIVEIRA, D. A. M: **Percepção de Riscos Ocupacionais em Catadores de Materiais Recicláveis: Estudo em uma Cooperativa em Salvador-Bahia**.

- Disponível em: <<http://www.sat.ufba.br/site/db/dissertacoes/432013120048.pdf>> acesso 14 jul. 2014;
18. PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS: **Documentário: A situação dos lixões a céu aberto.** Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/documentario-a-situacao-dos-lixoes-a-ceu-aberto/>> acesso em 21 set. 2013;
19. SACHS, I.: **Estratégias de transição para o século XXI.** In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56;
20. UNESP: **A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem.** Site disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_pdf/volume3/Textos_em_coautoria_TJr.pdf#page=139> acesso em 21 set. 2013;
21. UNISOL BRASIL: **Cooperativa Camapet é atingida por incêndio.** Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2012/09/14/cooperativa-camapet-e-atingida-por-incendio-perde-tudo-em-incendio/>> acesso em 14 jul. 2014;
22. VEYRET, V.: **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2007, p. 23-46;
23. WALKER, L.: **Documentário Lixo Extraordinário (2009).** Site oficial: <http://www.lixoextraordinario.net> acesso em 14 jul. 2014.